



**PROGRAMA DE GOVERNO DA CANDIDATURA “O FUTURO PEDE
CORAGEM!”**

PSOL MONTES CLAROS

SETEMBRO, 2020

O FUTURO PEDE CORAGEM!

Vivemos um momento de emergência social no Brasil e na nossa cidade. A crise econômica e a crise social se agravam ainda mais durante a pandemia da COVID-19. O povo enfrenta dificuldades imensas.

Em Montes Claros os números não mentem. Segundo dados do Tabulador do CadÚnico¹:

- 25 mil pessoas vivem em situação de extrema pobreza;
- 32 mil pessoas estão em situação de pobreza;
- Quase 140 mil pessoas estão no Cadastro Único;

Estes números mostram o quanto interessa as representações políticas manterem uma situação que lhes assegura seus privilégios e reproduz infinitamente as desigualdades.

Por trás dos números frios está o povo real, que vive um cotidiano de salários desvalorizados, transporte coletivo caro e saúde pública em franca decadência.

Precisamos renovar a política, o país e também a cidade. Precisamos superar obstáculos e construir novos caminhos.

A luta pela emancipação do povo vai muito além dos limites da cidade, mas a eleição para a prefeitura abre uma janela de oportunidade.

Se é verdade que a prefeitura não pode solucionar todos os problemas isoladamente, é também verdade que ela pode melhorar a vida das pessoas, avançar na construção de uma cidade acolhedora, segura e democrática.

E, com isto, agregar valor político ao país inteiro. É tempo de coragem.

Montes Claros precisa de políticas públicas produzidas com intensa participação da sociedade, a partir dos interesses e necessidades da sua população

¹ https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php . Acesso em 24/09/2020

de baixa renda, da juventude, das mulheres batalhadoras, que defendam os direitos fundamentais desta cidadania, particularmente na geração de renda, na saúde, na educação, no transporte coletivo e na segurança.

É preciso criar e valorizar os recursos e infraestruturas públicas, garantir políticas de assistência social qualificadas, saúde, educação, moradia, transporte e lazer de qualidade para todos e não somente para quem tem condições de pagar.

Vivemos em uma cidade onde a política institucional, em especial o poder executivo, quase sempre foi ocupada pelos representantes dos setores mais ricos da nossa cidade, os quais, por mais que adotem políticas de desenvolvimentismo, não conseguem estabelecer prioridades voltadas ao desenvolvimento social focado na população de mais baixa renda, tampouco na valorização da educação e dos serviços públicos.

A apropriação da cidade pelo seu povo só ocorrerá se os movimentos sociais e as organizações populares se unirem para derrubar as barreiras da burocracia e da arrogância que distanciam o cidadão comum dos governos eleitos.

A resposta tem que ser a luta, a mobilização e a articulação dos movimentos para que as cidades sejam nossas.

Precisamos abrir as portas das instituições que estão distanciadas do povo.

Nós também podemos.

Enquanto o sistema político tenta circunscrever a participação popular ao momento eleitoral, a mobilização social do povo insatisfeito pode tornar a relação de forças favorável à democracia real, na qual a criação de novos poderes democráticos é essencial para a transformação do poder político.

Este é o desafio que propomos para Montes Claros.

As eleições municipais colocam, mais uma vez, o debate sobre a urgência de mudanças estruturais na nossa cidade.

Mas estas mudanças só poderão se realizar através de um processo que produza um governo popular conquistado e construído a partir de baixo.

É preciso derrubar os muros do coronelismo que nos colocam de um lado, mas também do conservadorismo político que existe por outro lado.

É preciso capacitar a máquina pública para executar e fiscalizar os serviços, impedindo a corrupção e o desperdício. É claro que os problemas estruturais do capitalismo não podem ser resolvidos com modelos de gestão presos aos limites dos

municípios.

Contudo, se pensarmos em uma luta política anticapitalista que se desenvolva em escalas maiores – nacionais e internacionais –, é inegável que a disputa pela cidade é parte da construção de um novo projeto de poder.

Assim, construir um modelo político de transição entre a barbárie capitalista cotidiana e um país onde a justiça prevaleça a partir de uma organização democrática da maioria passa por elaborar sobre que tipo de cidade que queremos.

Isto é, passa pela discussão central de como mobilizar a cidadania para construir seu projeto independente de vida.

Esta construção será a partir das experiências pelas quais passamos, das lutas que travamos e da construção de novas formas de interlocução que consigam de fato incluir as pessoas e fazer com que elas se sintam protagonistas desse novo momento, desse novo processo político que vivemos agora.

Os próximos anos serão de crise econômica e, portanto, de escassez de recursos públicos. Neste contexto é ainda mais importante chamar a cidadania a definir as necessidades, inverter as prioridades e colocar o interesse público em primeiro lugar.

Montes Claros tem uma história de luta e aprendemos com isso. E como as lutas e os sonhos ainda seguem latentes na realidade, nós vamos conseguir experimentar e inovar. E ir muito mais além.

O governo municipal pode e deve confrontar as políticas nacionais de arrocho, desmonte e precarização dos serviços públicos, colocando o interesse público acima do interesse das grandes corporações, que enxergam na cidade apenas uma possibilidade de negócios e não um polo ativo de cidadania e de qualidade de vida.

Hoje os serviços públicos estão totalmente subordinados à lógica das terceirizações e concessões, o que limita de forma estrutural o atendimento das demandas sociais e as subordina ao interesse das empresas privadas.

Para mudar esta realidade é preciso resgatar a ideia da cidade como um “BEM COMUM” da maioria, o que significa o direito à cidade e à livre circulação nos espaços públicos, sem barreiras de qualquer tipo, sejam físicas, financeiras, culturais ou sociais.

O que apresentamos a seguir é fruto de um intenso estudo e de uma apaixonada vivência da nossa cidade. No último ano nos dedicamos à construção deste programa de governo. Tivemos a participação de profissionais de vários setores,

de militantes do PSOL e de outras organizações políticas e de muitos cidadãos e cidadãs que contribuíram com ideias e propostas. **O processo segue aberto e o programa mantém-se em permanente construção.**

Ao mesmo tempo em que apresentamos este diagnóstico e este programa estratégico e estrutural, propomos um plano emergencial, com medidas concretas, pontuais e viáveis, construídas a partir da análise dos problemas mais urgentes e das finanças da prefeitura.

Apontamos as medidas emergenciais e trabalharemos com o objetivo estratégico de garantir os direitos sociais e humanos através de políticas públicas com controle social e transparência, além de exigir que os governos estadual e federal repassem os recursos que de direito são da cidade.

Repetimos, é tempo de coragem, de superar obstáculos e construir novos caminhos. A eleição municipal de 2020 abre uma janela de oportunidade para enfrentarmos este desafio e possamos colocar Montes Claros na vanguarda da construção das mudanças que o Brasil precisa.

Compartilhe e construa conosco esta mudança!

Partido Socialismo e Liberdade - PSOL Montes Claros

SUMÁRIO

1	Gestão democrática, governo do povo	6
2	Desenvolvimento social e econômico - Direito ao trabalho e Renda	9
3	Educação - Investir e educar para a emancipação	13
4	Política Administrativa	17
5	Finanças municipais: não paralisar diante da crise	19
6	Saúde não tem preço	21
7	Planejamento urbano sustentável e participativo	27
8	Obras públicas de interesse social sem corrupção	29
9	Moradia digna e combate à especulação imobiliária	30
10	Direito ao transporte público de qualidade	34
11	Segurança - por uma Montes Claros sem medo	36
12	Cultura – fomento à cultura popular, alternativa, apoio ao carnaval ...	39
13	Ambiente preservado em defesa da vida	42
14	Combate à LGBTfobia, acolhimento e respeito à diversidade	44
15	Por uma cidade das mulheres	47
16	Políticas de reparação e promoção da igualdade racial	50
17	Inclusão imediata de todas as Pessoas com Deficiência	52

1. Gestão democrática, governo do povo

Temos o desafio de construir uma democracia na real em Montes Claros, onde o governo escute a cidadania e subordine a ela as grandes decisões que impactam a vida urbana, sem distribuir regalias a amigos e sem aparelhar a prefeitura com interesses personalistas e eleitoreiros. Para esta profunda mudança é fundamental a auto-organização da cidadania. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, de estudo, de cultura e lazer é possível garantir que as pessoas sejam protagonistas da mudança.

Já vemos a proliferação de redes e grupos locais que se articulam para garantir que suas vozes sejam ouvidas. Estes espaços são cruciais para fazer o diagnóstico dos problemas e mobilizar a força coletiva para resolvê-los.

Por isso é necessário um governo que some a competência na gestão pública à capacidade de envolver a maioria da população, que são os trabalhadores, e também a juventude, as mulheres, as pretas e os pretos, os idosos, os sem-teto, as pessoas com deficiência e a população LGBTQI+ na construção, execução e fiscalização das políticas públicas.

É preciso movimentar a cidadania que está na iniciativa privada, nas entidades de classe, nos movimentos populares, no funcionalismo público concursado, na cena cultural e nas universidades. Valorizar e estabelecer com os sindicatos, associações e ONGs populares uma relação de construção coletiva do presente e do futuro da cidade, de forma a imprimir um verdadeiro **Processo Constituinte**.

Somente assim a cidade poderá seguir na vanguarda da construção de instrumentos participativos permanentes, que não se limitem a administrar a escassez e sejam expressões autênticas da cidadania, sem subordinação aos interesses dos governos e das elites de plantão. Instrumentos autônomos e capazes de empoderar a cidadania para discutir e decidir as prioridades da cidade.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Gestão democrática começa com os gestores.** A administração pública costuma sofrer com o “aparelhamento” partidário, responsável pela ocupação de

cargos importantes por pessoas que não têm condições técnicas e, às vezes, nem éticas para tal. Alguns postos de alto escalão precisam ser preenchidos pelo critério de confiança dos eleitos, mas para os demais cargos devem ser realizados concursos internos que levem em consideração o conhecimento técnico ou equivalente de nível superior na área de atuação, experiência na função e eleição para avaliar a liderança do servidor.

- **Plebiscitos e referendos.** A população deve ser consultada sobre as principais decisões que afetam a cidade, especialmente obras de valor elevado e de significativo impacto social e ambiental. Mecanismos de democracia direta precisam funcionar permanentemente e valorizar a participação popular, com plebiscitos, referendos e consultas públicas. Também devem estimular e promover a interação através das tecnologias que permitem a participação ainda mais massiva do povo e a baixo custo. Isto significa incorporar ao cotidiano da cidade um processo de discussão e votação direta sobre os principais temas do presente e do futuro de Porto.

- **Plataforma de participação popular.** Propomos o desenvolvimento de uma plataforma de internet na qual qualquer cidadão possa apresentar uma proposta. Se tiver apoio de 2% do eleitorado da cidade, a ideia será submetida a plebiscito e, se aprovada, será encampada pelo governo.

- **Prefeita no bairro.** Todos os sábados a prefeita e todo o secretariado estarão nos bairros para ouvir a população. O diálogo direto do governo com a cidadania permitirá que sejam adotadas de forma mais ágil as providências necessárias em relação aos problemas da cidade.

- **Ampliação e respeito às decisões do Orçamento Participativo.** É preciso ampliar o alcance do Orçamento Participativo para que a população discuta o conjunto do orçamento, a política fiscal e tributária, e não só um pequeno percentual dos investimentos. É também fundamental que a prefeitura respeite e cumpra rigorosamente as deliberações do OP. O Orçamento Participativo deve ter autonomia em relação ao governo e debater os problemas estruturais das contas do município.

- **Fortalecimento das Conferências e Conselhos Municipais.** As

conferências e conselhos como mecanismos de controle social são importantíssimos para a participação coletiva nas decisões. Ocorre que os sucessivos governos vêm esvaziando a importância dessas instâncias, desrespeitando sua autonomia e independência. Isto sem falar aparelhamento de algumas delas. Citamos o Conselho de Cultura e Turismo, os quais são reféns do centralismo da Secretaria de Cultura. Um governo popular deve estabelecer uma dinâmica anti-burocrática e de respeito aos conselhos e conferências e precisa cumprir rigorosamente suas determinações e deliberações.

- **Congresso da Cidade.**

É necessário construir um espaço mais amplo de discussão sobre a Montes Claros que queremos e a Montes Claros do futuro, onde sejam estabelecidos objetivos de médio e longo prazo para a superação dos problemas mais graves da cidade, bem como o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e vocações.

- **Editais de licitação para compras de produtos e serviços** devem estabelecer condições para estimular a participação de empresas locais de pequeno porte, cooperativas e iniciativas comunitárias.

2. Desenvolvimento Social e Econômico - Direito ao trabalho e renda

Um governo popular deve desenvolver políticas que favoreçam a democratização da cidade também na área econômica. O desemprego estrutural pelo qual passa a nossa cidade e o país, além do elevado índice de informalidade e de subempregos torna a situação da classe que vive do trabalho como uma questão de prioridade que deve ser enfrentada pelo poder público municipal. Embora os instrumentos de indução econômica fundamentais não estejam sob a esfera do município, cabe às cidades um importante papel na criação de um ambiente econômico saudável e democrático, voltado ao apoio a determinadas atividades, investimentos e geração de emprego e renda.

A Prefeitura de Montes deve estimular a expansão do microcrédito em benefício dos pequenos empreendimentos na cidade, afetados pela crise econômica e pela pandemia. Esta fonte de financiamento, desburocratizada e aberta aos microempreendedores com dificuldades de acesso instituições financeiras tradicionais, deve operar com mecanismos de controle, taxas e prazos de pagamento compatíveis com a realidade dos pequenos negócios e, ao mesmo tempo, capazes de garantir a sustentabilidade do sistema. Entre as diretrizes para uma política municipal de desenvolvimento econômico e social, destacamos:

- **Área rural e urbana livre de agrotóxicos.** Diante da enorme crise na saúde pública devido ao consumo excessivo de agrotóxicos, a prefeitura deve estimular a agroecologia no âmbito da produção rural e periurbana do município com o objetivo de, em articulação com os produtores, declarar a produção de hortifrutigranjeiros tradicional da cidade livre de venenos e pesticidas. Isto requer medidas de estímulo econômico, como apoio à expansão das feiras como as do Major Prates, Morada do Parque e São José e hortomercados com produtos orgânicos, a fim de regular os preços de alimentos em todos os bairros da cidade e inibir abusos de poder econômico por parte das grandes redes varejistas.

- **Utilização de terrenos urbanos ociosos para a agricultura intra e periurbana.** Mapear e analisar terrenos urbanos ociosos, para apoiar e implementar, além da moradia, a agricultura intraurbana e periurbana familiar e comunitária de alimentos sem agrotóxicos, como forma de geração de renda e de política de segurança alimentar.

- **Geração de renda e apoio à economia solidária.** Criar espaços para grupos, associações, cooperativas e iniciativas comunitárias destinadas ao comércio de produtos da economia solidária, em equipamentos municipais como escolas e terrenos ociosos. A prefeitura pode adquirir, através do atendimento de procedimentos legais, os produtos e serviços das cooperativas de produtos e serviços, como por exemplo alimentos para a merenda escolar; materiais e serviços de construção civil; inclusive voltados para os mutirões de construção de moradias; dentre outros.

A prefeitura também deve trabalhar para reforçar no município os programas federais de emprego e renda e complementá-los com ações de qualificação profissional, parcerias com a comunidade acadêmica (Empresas junior), e de fomento à autonomia dos trabalhadores.

- **Apoio aos produtores artesanais,** com promoção de festivais e feiras que criem espaços de comercialização alternativos às grandes redes de varejo.

- **Redes de cooperação.** A tendência à monopolização do mercado por parte dos grandes grupos em diversos setores fragiliza o tecido econômico, gera mais desigualdades e reduz o pequeno comércio local. A prefeitura deve atuar em apoio às cooperativas comunitárias de produtos e serviços, micro e pequenas e empresas, mediante o estímulo a redes de cooperação que promovam a associação de comerciantes e produtores em busca de economia de escala, na aquisição de mercadorias e nas ações de promoção e venda, **aproximando o consumidor de quem produz**, além de compartilhamento de técnicas de gestão dos negócios.

- **Explorar a vocação de Montes Claros para os serviços,** em especial nas áreas de comunicação (temos uma juventude criativa com enorme potencial),

informática e de saúde, para estimular o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A prefeitura deve atuar como articuladora da inteligência acumulada em centros universitários de pesquisa para desenvolver soluções mais baratas, eficazes e geradoras de emprego e renda em áreas como tratamento de resíduos, saneamento básico, obras públicas e nos serviços de saúde, educação e assistência social.

- **Buscar alternativas de ampliar o alcance do microcrédito** no fomento dos pequenos empreendimentos na cidade.
- **Compras Coletivas.** No mesmo sentido das redes de cooperação, é importante estimular a formação de centrais de compras coletivas por local de trabalho ou moradia para permitir negociações em termos mais favoráveis com fornecedores de produtos e serviços e estabelecer freios às práticas especulativas dos grandes varejistas.
- **Reativar o Restaurante Popular.** Equipamento público que cumpre papel imprescindível para o desenvolvimento social, possibilitado acesso à alimentação saudável a preço popular. A prefeitura deve envidar os maiores esforços para a reativação. Será uma das medidas prioritárias do nosso governo.
- **Valorização dos espaços econômicos tradicionais** da cidade, como Mercado Municipal, feiras de alimentos, artesanato e arte.
- **Reativar o SISMIC – Sistema Municipal de Incentivo à Cultura de Montes Claros** que se encontra paralisado, como mecanismo de fomento à atividades culturais, criação de editais, cuja fonte da verba já existe. **Pagar** os beneficiários de editais que não foram adimplidos, zerando a dívida com os fazedores da cultura.
- **Melhorar a destinação e utilização do FUMDETUR (Fundo Municipal de Turismo)** através de articulação com o conselho de turismo e os cidadãos atuantes na área, principalmente os barraqueiros, blocos de carnaval, produtores culturais, **descentralizando as decisões**, em inversão do que acontece atualmente nas secretarias, muito centralizadas.
- **Prestar assessoria e consultoria** para os participantes de editais de fomento estaduais e federais.
- **Ampliar a oferta de Creches Públicas** para que as mães possam dedicar

tempo para o trabalho digno e gerador de renda.

- **Aumentar a oferta de Postos de Saúde, escolas e demais equipamentos públicos na Zona Rural**, através de mapeamento para estabelecer prioridades e maiores necessidades.
- **Distribuir melhor os equipamentos públicos** pelos bairros e comunidades que não estão atendidos adequadamente, como por exemplo os Conjuntos Habitacionais que intencionalmente, na gestão de Ruy Muniz, não receberam equipamentos públicos mínimos, como escolas, creches, PSF's e espaços de convivência.
- **Centro de apoio ao trabalhador informal.** Diante do aprofundamento da crise econômica, da pandemia e do desemprego, existe uma tendência de crescimento do trabalho informal. A prefeitura deve organizar trabalhar junto às organizações representativas. Articular junto à Prevmoc a negociação das dívidas dos lojistas do **Shopping Popular**, com maiores prazos e condições para pagamento, que não venham a prejudicar a saúde fiscal da instituição.
- **Implementar mais Conselhos Tutelares** para que cheguemos a 4 (quatro), no mínimo, 1 a cada 100.000 habitantes.
- **Levantamento das pessoas em situação de rua** para planejar políticas públicas que visem enfrentar essa situação, que não seja pautada pela higienização de áreas da cidade, mas pela dignidade das pessoas.
- **Cadastramento dos catadores de recicláveis** para fortalecer e valorizar o trabalho desses cidadãos.
- **Aumentar os pontos de internet pública**, inclusive próximo a comunidades rurais, visando atender a população de baixa renda nesse “novo normal” pós-pandemia, no qual muitas atividades necessárias ao desenvolvimento humano serão feitas via internet, como educação, solicitação de serviços públicos, etc.

3. Educação - Investir e educar para a emancipação

A educação é um dos temas mais importantes quando falamos de mudança social. Ela é a principal indicadora de aumento de rendimentos do trabalho e de mobilidade nas sociedades democráticas, além de ser um bem coletivo capaz de promover a cidadania e de ampliar a inclusão social de todos.

Montes Claros merece uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, voltada para os interesses da população. Por isso, nossa prefeitura pretende fazer parte de um esforço nacional para que não haja cortes de verbas, por parte do governo federal, que atinjam o financiamento da educação de Estados e municípios. Nossa cidade possui uma rede municipal de educação com um quadro de educadores altamente qualificado, que atende os filhos do povo de Montes Claros nos espaços de educação infantil e nas escolas de ensino fundamental e médio.

Entendemos que a transversalidade das políticas públicas passa por dentro das escolas, sendo fundamental a integração de todas as políticas sociais especialmente as políticas de assistência social, saúde, cultura, esporte e segurança. É preciso repactuar as funções sociais e pedagógicas da escola e integrar a educação à cidade, levando os educadores, os alunos e suas famílias para os demais espaços da cidade. O aprendizado acontece na leitura, na escrita e no fazer, isto é, no viver.

A educação integral em Montes deve ser parte da agenda de mudança. A prefeitura deve ampliar a rede própria de educação infantil em tempo integral para garantir o acesso e a permanência de todas as crianças de zero a seis anos.

A secretaria também tem que se firmar na defesa do debate pedagógico democrático, no enfrentamento do assédio moral de educadores e contra projetos de lei que visem estabelecer mordças e censuras aos profissionais da educação. É preciso mudar a educação em Montes Claros. Essa mudança será possível se for realizada em conjunto com a comunidade escolar e com um forte compromisso com a educação inclusiva e a diversidade.

Apresentamos, nesta construção programática, algumas propostas para discussão:

- **Combate à evasão escolar.** O combate à evasão escolar se faz, prioritariamente, pelo encantamento que a escola proporciona às crianças e jovens. Projetos inovadores e professores comprometidos com a educação são o alicerce deste trabalho. Mas isso também passa pela atuação, nas escolas municipais, de equipes que envolvam profissionais vinculados à educação e à assistência social no resgate e acompanhamento do aluno infrequente.
- **Abrir um debate democrático sobre o projeto político pedagógico** das escolas municipais, integrando educadores e comunidade escolar para buscar o melhor caminho do aprendizado conectado com as novas tecnologias e com as formas de expressão cultural das crianças e jovens de cada comunidade.
- **Fortalecer a gestão democrática,** a autonomia nas escolas municipais e a valorização dos professores a partir de seus saberes e conhecimentos. Eleição direta para diretores e conselheiros escolares.
- **Trabalhar para que as escolas acolham as crianças em turno integral,** sob pena do aumento dos problemas sociais e da violência. Da mesma forma que o combate à evasão, a escola em turno integral exige um planejamento comprometido com a emancipação do sujeito. Isso significa que a escola precisa oferecer atividades que promovam o desenvolvimento integral das crianças e jovens, com atividades pedagógicas e lúdicas; artísticas e esportivas nos dois turnos.
- **Melhorar as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência,** com a formação de professores e apoio especializado na rede regular.
- **Ampliar o número de escolas infantis,** para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Nenhuma mãe pode deixar de trabalhar ou de ir à escola por não ter onde deixar seu filho(a). Para isso, é preciso também criar vagas noturnas.
- **Erradicar o analfabetismo** em Montes Claros. Para isso, é preciso desenvolver programas de estímulo ao retorno aos estudos e de qualificação do trabalho da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- **Promover a educação para a diversidade,** com o combate às discriminações de todos os tipos, o machismo, o racismo e a LGBTfobia, bem como o

bullying e a violência nas escolas. A educação para a diversidade necessita estar presente nas ações cotidianas da escola com ampla visibilidade, para que seja praticada por todos.

- **Incluir produtos orgânicos e de base agroecológica na merenda escolar**, para garantir uma alimentação saudável para as crianças e adolescentes que estudam na rede municipal de ensino.
- **A cidade como palco da educação, cultura e esporte.** Realizar políticas integradas entre as áreas da educação, cultura e do esporte, para que as praças e parques oferecem atividades para as crianças e adolescentes.
- **Garantir a formação continuada dos educadores (as)**, na busca de uma educação de qualidade e emancipatória, que contemple as temáticas dos direitos humanos, machismo, sexualidade e gênero. Buscar as universidades para realizar este trabalho conjuntamente.
- **Implementar o Plano de Carreira** dos profissionais de educação do município, garantindo o piso nacional de salário em todos os níveis.
- **Realizar Concurso Público.** O último foi em 2009. Precisamos parar de usar designações (contratos precários) como tapa-buraco da não realização de novos concursos. O concurso é que pode trazer melhores condições de trabalho para os profissionais de educação.
- **Rever a regulamentação de Cargos Fracionados; Auxiliares/Assistentes de Educação e Auxiliares de docência** visando a recomposição de direitos e remuneração que foram retirados através de normas municipais dos últimos anos.
- **Implementar o auxílio alimentação** para os profissionais de educação.
- **Adicional de insalubridade** para o servente de zeladoria.
- **Realizar um amplo levantamento sobre o quadro de professores**, para estabelecer um limite de estudantes por turma e garantir a qualidade da educação.
- **Passe livre para os estudantes**, cujo detalhamento e fonte de financiamento encontram-se no tópico adiante sobre o transporte público.

- **Apoio às iniciativas de Cursinhos Populares** com doação de materiais, permissão de utilização de espaços, bem como estabelecer um canal de diálogo com tais iniciativas.
- **Retorno do Pré-vestibular gratuito da prefeitura** envidando os esforços necessários, inclusive legislativos, para que isso se torne possível. É um projeto que já possibilitou a melhoria de vida de muitas pessoas e atualmente não existe.
- **Criação de bibliotecas públicas nos bairros**, em um plano de atender todas as regiões com bibliotecas públicas, utilizando de parcerias para a implementação, aquisição dos livros e materiais.
- **Defesa do legado de Darcy Ribeiro.** Infelizmente boa parte da cidade desconhece ou não dá valor ao legado de Darcy Ribeiro. No seu centenário, em 2022, devemos promover espaços e projetos nas escolas e espaços públicos municipais que defendam e divulguem o seu legado para a educação e sociedade.
- **Auxiliar os profissionais de educação e o sindicato da categoria na implementação e desenvolvimento do Observatório da Educação** que seja independente, autônomo e permanente.
- **Abrir diálogo com o DEMC (Diretório dos estudantes) e Grêmios estudantis** para ouvir e atender suas demandas, estimulando, inclusive, a criação de mais grêmios estudantis, instrumento importante para a iniciação da participação política dos jovens.

4. Área Administrativa

O encolhimento do Estado, as terceirizações e a redução e desvalorização do quadro de funcionários de carreira têm provocado descontrole, corrupção e má prestação de serviços públicos. Cortam-se verbas e servidores que fazem falta na saúde, na educação, na segurança pública e no atendimento ao público.

A gestão é centralizada, distante da realidade da comunidade, e pouco democrática.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Eficiência, modernização e desburocratização.** A cidade tem que funcionar bem todos os dias e os serviços têm que ter qualidade. Um governo popular deve utilizar os recursos tecnológicos disponíveis e desenvolver sistemas que confirmem maior eficiência administrativa e facilitem os mecanismos de consulta e controle social sobre os serviços e as contas da Prefeitura e agilizem os processos.
- **Transparência: paredes de vidro.** Um governo popular deve dar total publicidade a seus atos e estimular o controle social na execução das obras, nas assinaturas de contratos e nas prestações de contas. O Portal da Transparência é confuso, e muitas vezes faltam informações. É preciso desenvolver esse mecanismo.
- **Compras públicas sustentáveis.** A prefeitura deve agir de modo responsável, adquirir somente o necessário e buscar soluções inteligentes e criativas, com vistas à economia de dinheiro público. Como o poder de compra de governos influencia o mercado e a economia, também deve incentivar a inovação e a sustentabilidade para reduzir o impacto da produção e do consumo sobre a saúde humana e o meio ambiente. Deve ainda criar novos mercados para produtos sustentáveis, com o estabelecimento de requisitos ambientais nas licitações, incluindo desde padrões de emissões de efluentes e eficiência energética até o uso de materiais reciclados na produção.
- **Garantir condições adequadas de trabalho** aos servidores públicos, com estruturas operacionais compatíveis com as demandas de trabalho, reformas nos

prédios, atualização tecnológica, equipamentos, veículos, computadores, softwares de gestão e outros sistemas que acelerem a tramitação de projetos.

- **Combater os privilégios.** Os salários da prefeita, do vice e dos secretários devem ser compatíveis com a realidade dos servidores de carreira e qualquer reajuste deve estar vinculado aos índices concedidos aos municipais.
- **Corte da maioria dos Cargos de Confiança e valorização dos servidores de carreira.** O funcionalismo de carreira têm direito a salários dignos. O setor público não é feudo dos partidos nem instrumento de barganha política. Por isto, propomos o corte da maioria dos cargos de confiança, para que o conhecimento técnico e empírico dos servidores de carreira qualifique os serviços prestados pela prefeitura.
- **Redução de gastos.** O pagamento de diárias e o uso de carros oficiais, entre outras ações configuram privilégios para os governantes, devem ser limitados ao estritamente necessário para o cumprimento de suas funções.

5. Finanças municipais: não paralisar diante da crise

É verdade que a crise econômica afeta as finanças da Prefeitura de Montes Claros, assim como prejudica todos os outros municípios do país, os governos estaduais e o governo federal.

Neste contexto, um orçamento equilibrado é positivo, pois evita que os serviços públicos entrem em colapso.

No entanto, as contas de uma prefeitura, assim como de um Estado e da União, não podem ser comparadas à contabilidade de uma empresa, que tem como principal finalidade gerar lucro para os controladores, nem a um orçamento doméstico, na esmagadora maioria dos casos amarrado pelas limitações e incertezas do rendimento individual e pela impossibilidade de acesso ao crédito em padrões civilizados.

O orçamento da prefeitura deve expressar uma visão política sobre a destinação e as origens dos recursos públicos e, conseqüentemente, sobre a distribuição social de parte da riqueza gerada na cidade.

Portanto, o orçamento municipal deve levar em conta quais parcelas da população têm necessidades maiores e mais urgentes.

Isto quer dizer que, embora importante, o equilíbrio orçamentário não deve ser um fim em si mesmo, nem perseguido somente por meio do corte de gastos.

Acreditamos que é possível melhorar as receitas, no mínimo com maior fiscalização para que as leis sejam efetivamente cumpridas, e também aumentar a eficiência dos gastos, com o combate à corrupção e ao desperdício. Não aceitamos que se use a crise para justificar falta de iniciativas ou vangloriar-se por executar nada mais do que a sua obrigação.

De modo geral, as políticas fiscais no Brasil carregam outra distorção. Penalizam os pobres e a classe média com uma alta carga tributária, beneficiam os milionários com a cobrança de impostos regressivos e centralizam as decisões sobre a aplicação dos recursos arrecadados da população nas esferas mais altas do poder,

portanto mais distantes das pressões populares.

Um governo democrático, transparente e eficaz deve buscar recursos entre os milionários e especuladores e dar prioridade aos gastos sociais definidos por meio da participação popular. Ao mesmo tempo, deve também exigir dos governos estadual e federal que mantenham em dia os repasses a que o município tem direito.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Atualização da planta fiscal** para fins de aumento da arrecadação do IPTU, com revisão da faixa de isenção para impedir impactos sobre os setores médios e pobres da sociedade. Os recursos adicionais devem ser destinados às áreas sociais.
- **IPTU Progressivo.** As alíquotas sobre os vazios urbanos e bens ociosos devem ser elevadas. A medida cumpre o previsto na Constituição Federal no que diz respeito à função social da propriedade e é fundamental para o exercício da justiça fiscal.
- **Auditoria da dívida e dos contratos duvidosos** para verificar a legalidade, a necessidade e a real extensão dos compromissos firmados pela prefeitura.

6. Saúde não tem preço

O Sistema Único de Saúde (SUS) teve suas sementes lançadas em Montes Claros a partir de 1975, com a implantação do Projeto de Saúde Montes Claros, com o objetivo de atender a todos os segmentos da população, independente da condição socioeconômica. Foi a primeira iniciativa de saúde pública implementada em comunidades, visando atender desde os pequenos povoados por meio de programas de atenção básica (vacinas, controle de tuberculose, hanseníases, reidratação oral, entre outras ações), até atingir cidades de maior porte com assistência médica e hospitalar de alta complexidade.

O SUS municipalizado é uma das conquistas mais importantes do movimento pela redemocratização do Brasil. Porém, esse processo que transferiu a gestão dos serviços às prefeituras restringiu, ao mesmo tempo, o acesso aos recursos necessários para o pleno atendimento da população. O SUS foi, portanto, o resultado de uma longa luta social que ainda não acabou pelo direito à saúde universal, gratuita e de qualidade.

Essa luta foi sempre travada contra as tendências privatizantes que nos sucessivos governos se expressaram por meio de cortes de verbas, subfinanciamento, sucateamento da rede e financiamento público ao setor privado.

O atual governo federal representa uma ameaça ao SUS. A regra do teto dos gastos públicos pode levar o sistema ao colapso. Nos últimos anos milhões de pessoas deixaram de ter planos de saúde devido ao desemprego e à carestia. É nos SUS que elas encontrarão – ou não – acolhida no momento de doença.

A pandemia do COVID-19 mostrou a importância e a indispensabilidade do SUS, que já era conhecida por grande parte da população. O SUS teve papel decisivo no tratamento das pessoas que contraíram o vírus e que não tinham condições de pagar por um tratamento na rede privada. É preciso defender o SUS e trabalhar pela sua constante melhoria, nos posicionando contra a política de desfinanciamento do SUS, cujo exemplo maior é a Emenda do Teto dos Gastos.

A rede de saúde de Montes Claros atende toda a região do Norte de Minas e sul da Bahia, sendo necessário entender essa complexidade e trabalhar para atendê-la.

A atenção primária à saúde (os postos de saúde/programas de saúde da família) é,

em todos os discursos eleitorais, tratada como a prioridade dos candidatos. Ela é, sem dúvidas, a base do Sistema Único de Saúde, já que são os profissionais dos postos que estabelecem vínculos de longa duração com os usuários e organizam o atendimento nas diversas áreas e especialidades da saúde. Sem atenção primária não há como acessar os outros níveis do sistema, como consultas especializadas e cirurgias.

A incapacidade das gestões em garantir o acesso real da população à prevenção e aos cuidados básicos está diretamente associada às várias situações, entre as quais a expansão não qualificada do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF). Junto dos problemas da atenção primária vêm as questões da atenção farmacêutica. Ano após ano ocorrem crises de oferta de medicamentos, geralmente por falta, mas também por problemas de gestão. Às vezes leva tanto tempo para o usuário do SUS chegar ao especialista que ele simplesmente desiste, quando não é internado ou morre antes.

As Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), que garantiriam atendimentos de média complexidade 24 horas por dia sem necessidade de ida à emergência hospitalar, existem em pequena quantidade. É lógico que não é possível criar prédios novos de uma hora para outra, mas pode-se, sim, aproveitar prédios públicos mal utilizados e realocar profissionais em diferentes áreas da cidade. Outro recurso é buscar verbas federais que existem especificamente para a construção de UPAs.

A Rede de Atenção Psicossocial é deficitária e a saúde mental não conseguiu progredir e abandonar os paradigmas manicomial. Os Centros de Atenção Psicossocial são em número muito reduzido.

Negros e negras, mulheres, indígenas, pessoas em situação de rua e LGBTs têm pouca atenção em suas necessidades específicas. Especialmente no caso de LGBTs, os profissionais não são preparados para receber essa população. Os trabalhadores também não têm atenção à sua saúde, aumentando o absenteísmo e o adoecimento por questões de saúde mental.

Portanto, é necessário que a mudança em Montes Claros passe pela ressignificação do papel do governo e da máquina pública municipal e pela quebra do atual modo de operação desconectado da cidade. A Secretaria Municipal de Saúde

deve possibilitar que as instâncias administrativas se tornem espaço de democracia real para todas e todos, para munícipes e trabalhadores.

Assim, um governo municipal que subordine o mandato popular à cidadania deve transformar tanto a relação macropolítica da saúde, permeada pelas desastrosas ações do governo Dilma e pelo reforço da cartilha de mais ajuste contra o povo dos governos Temer e Bolsonaro, quanto a micropolítica do setor, relacionada aos que buscam atendimento nos serviços de saúde, do dia a dia dos servidores, da organização da rede de saúde.

Apresentamos algumas propostas para o debate nesta construção programática:

- **Convocação de uma conferência de saúde em 2021.** As conferências podem ocorrer com intervalos menores e têm como objetivo fazer um diagnóstico da situação e definir diretrizes para as políticas e programas de saúde no município. Diante da desconexão entre as demandas da população e os Planos Municipais de Saúde na cidade, propomos convocar microconferências por bairro ou região ao longo de 2021.

- **Definir uma nova diretriz de atenção farmacêutica,** com distribuição estratégica de farmácias públicas municipais, e aprimorar o sistema de dispensação de medicamentos.

- **Mais remédios com mais economia.**

É preciso garantir medicamentos nas farmácias e postos de saúde, reforçar o controle dos estoques, aprimorar as instalações para armazenamento e melhorar a capacitação do pessoal que trabalha na área. A prefeitura pode comprar remédios mais baratos com licitações mais competitivas.

- **Para trabalhar em defesa do SUS e por mais profissionais da saúde** é necessário lutar pelo aumento dos repasses do Estado e da União para a saúde, inclusive por meio de ações judiciais, se necessário. É preciso ampliar a cobertura do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), mediante habilitação de equipes e expansão das residências para especialistas, dentistas, enfermeiras, terapeutas

ocupacionais, agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, assistentes sociais, psicólogos, educadores físicos, nutricionistas, técnicos de enfermagem, sanitaristas e demais profissionais da saúde, com incentivo para os que atuam nos bairros mais distantes permaneçam nesses locais.

- **Publicar os repasses do Estado e da União** para permitir que o Conselho Municipal de Saúde, os conselhos locais e a população tenham conhecimento sobre os ingressos e atrasos no recebimento dos recursos, além de buscar a atualização dos valores repassados para aquisição de medicamentos.
- **Maior resolutividade nos postos de saúde com especialistas à distância.** Reforçar o serviço de teleatendimento pelo qual os médicos de saúde da família podem solicitar auxílio de especialistas sobre solicitação de exames e encaminhamento de procedimentos. O sistema reduz as filas e pode diminuir em até 70% a necessidade de um segundo atendimento aos pacientes.
- **População com acesso telefônico direto a profissionais de saúde** por meio de convênio com serviço de aconselhamento e informações gerais sobre saúde, que orienta a tomada de decisão sobre autocuidados, necessidade de consulta médica e ida à unidade básica de saúde ou emergência e ajuda a localizar o serviço médico apropriado mais próximo.
- **Saúde de qualidade significa construir uma gestão voltada à prevenção** e ao investimento na atenção primária e secundária para reduzir as superlotações nos hospitais e nos pronto-atendimentos.
- **Sistema de prontuários integrados** acessível a todos os serviços de saúde, das unidades básicas à rede hospitalar, para evitar a necessidade de duplicação de atendimento e aumentar a eficiência dos processos.
- **Garantia de acesso à política de saúde mental**, com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) regionalizados para atendimento de crianças e adolescentes, tratamento do uso abusivo de álcool e drogas e prevenção de casos de depressão e suicídio.
- **Aumentar o número de Núcleos de Apoio às Equipes da**

Estratégia Saúde da Família (NASF), compostos por especialistas em diversos campos para qualificar o atendimento à população.

- **Melhorar as estruturas físicas**, os equipamentos e a disponibilidade de recursos humanos nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), responsáveis pelos serviços de média complexidade, para reduzir a lotação dos hospitais. A ação requer também a cobrança dos repasses do Estado e da União previstos para o segmento.
- **Desenvolvimento de programas de capacitação** das profissionais de saúde para acolhimento e acompanhamento a mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade social e violência, combinados com ações de combate ao machismo e ao assédio, campanhas educativas para maternidade e paternidade conscientes e oferta gratuita métodos contraceptivos.
- **Saúde para tod@s**. Garantir que nenhum LGBT deixe de receber atendimento médico adequado em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero. É fundamental identificar os serviços e profissionais onde a homofobia produz maiores danos à saúde dos LGBTs e agir administrativa e legalmente para corrigi-los.
- **Uma política de saúde para a idosa e o idoso**. Garantir a marcação de consultas para pessoas idosas com o clínico geral nos postos de saúde, porque em muitos casos os telefones exclusivos das UBS para esta faixa da população estão inoperantes.
- **Grupo permanente para estudar melhorias** nos processos de trabalho da área de saúde com participação dos servidores, inclusive nas questões relativas à jornada de trabalho, ao combate ao assédio moral e à formulação de um plano de carreira unificado para os municipais.
- **Criação de mecanismos de controle social sobre a contratualização do SUS** com a rede filantrópica, que não presta contas e consome verbas públicas ao mesmo tempo em que reduz os leitos disponíveis para o sistema público. É necessário privilegiar a contratação com base na demanda e não a partir dos procedimentos e serviços oferecidos pelos hospitais.

- **Estabelecer comissão de análise dos contratos** com prestadores de serviços de suporte ao diagnóstico, como laboratórios de análises clínicas, centros de imagem e demais empresas conveniadas, para ajustar os valores dos procedimentos à demanda do sistema.
- **Saúde para quem trabalha em saúde.** Realizar auditorias em todos os hospitais filantrópicos para avaliar os investimentos e a eficiência dos programas de proteção à saúde dos trabalhadores do setor.

7. Planejamento urbano sustentável e Participativo

Montes Claros sofre com a falta de planejamento urbano. As obras e a engenharia de trânsito são realizadas sem qualquer participação das comunidades afetadas.

A falta de planejamento se expressa perversamente na ausência de regularização fundiária, fazendo com que milhares de famílias sigam vivendo em áreas de risco, **sem saneamento básico** e acesso aos equipamentos públicos de assistência, educação, saúde, segurança etc.

Além disso, as parcas “contrapartidas” dos grandes empreendimentos (que deveriam minimizar o impacto das construções nas regiões) não são fiscalizadas e, muitas vezes, sequer executadas. Enquanto as lagoas do Parque Municipal e da região do Interlagos, a cada dia que passa, sofrem com a degradação ambiental visível, grandes empreendimentos como Supermercados as rodeiam, influenciando, inclusive, em nascentes e cursos d’água.

A elaboração do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) dá um parâmetro importante para a construção de um projeto de cidade para as pessoas, em seu espírito: “Retomar o planejamento urbano de médio e longo prazo como ferramenta central de um projeto de cidade voltado para a promoção da igualdade social”, adequado aos imperativos da Constituição Federal e do Estatuto das Cidades.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Implementar sistemas de gestão do planejamento que valorizem órgãos técnicos e os conselhos públicos** com participação da comunidade em todas as etapas do planejamento urbano.
- **Mutirão de regularização fundiária**, com a participação das comunidades, movimentos sociais e do poder público, com esforço permanente para garantir condições de habitação e equipamentos públicos necessários aos territórios regularizados.

- **Buscar apoio na inteligência da cidade**, entre arquitetos, engenheiros e urbanistas, bem como a UNIMONTES, para dar assistência técnica à moradia popular e fazer valer a Lei da Assistência Técnica à Moradia para Famílias de Baixa Renda (Lei 11.888/2008), incentivar a participação das comunidades para desenvolver um planejamento de médio e longo prazo, baseado na sustentabilidade e nos direitos da cidadania.
- **Construir o projeto urbano como ferramenta do plano diretor e efetivar a Operação Urbana Consorciada**, prevista no Estatuto da Cidade e coordenada pela prefeitura com a participação de proprietários, moradores e usuários permanentes em busca de transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental em escala local.
- **Valorizar, ampliar, qualificar e democratizar os espaços públicos** como lugar do encontro e de convivência social, com garantia de acessibilidade universal às pessoas portadoras de deficiência.
- **Promover uma política pública de mobilidade urbana multimodal e solidária** por meio da implantação de uma rede eficiente de ciclovias, da qualificação dos percursos de pedestres e da prioridade ao transporte coletivo com vistas a reduzir os congestionamentos e diminuir o peso do transporte individual no cotidiano da cidade.

8. Obras públicas de interesse social

Precisamos investir em infraestrutura social e compartilhar com o povo o poder de decidir onde e quais grandes obras devem ser feitas na cidade, com transparência nas licitações e combate à corrupção. E não o das empreiteiras, que deve guiar esse processo.

Para isso, apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Fiscalização eficiente.** Fortalecimento do quadro de funcionários de carreira para elaboração de projetos e fiscalização das obras. Engenheiros, arquitetos, auditores e outros profissionais capacitados para garantir bons projetos e boa execução das obras.
- **Parceria com Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Engenheiros e outras organizações** para que acompanhem e ajudem a fiscalizar as obras.
- **Consulta à população**, por meio de plebiscitos, sobre obras de valor elevado e de significativo impacto social e ambiental.
- **Concurso público para projetos arquitetônicos de obras urbanísticas estruturantes**, eliminando a contratação de amigos sob o critério duvidoso e subjetivo de “notório saber”.
- **Eficiência e transparência das licitações**, com cláusulas sociais e ambientais nos contratos, e submissão dos editais a comitês de especialistas independentes para impedir a lógica das “cartas marcadas”.
- **Ampliação da exigência de contrapartidas sociais das empreiteiras** que vencerem os editais, como construção de equipamentos públicos de infraestrutura social.

9. Moradia digna e combate à especulação imobiliária

Para valorizar o capital e gerar lucro, os capitalistas estão sempre em busca de novas oportunidades de negócios rentáveis. Eles exercem pressão sobre os gestores das cidades para obter as melhores oportunidades.

Nos últimos anos a moradia deixou de ser tratado com um direito e passou a ser considerada um “ativo financeiro”. O problema concreto vemos nas ruas, em todo o mundo: milhões de pessoas vivendo precariamente, em sub-habitações.

No Brasil, ao longo das últimas duas décadas foram conquistados instrumentos legais importantes para garantir direitos sociais nas cidades.

Temos o Estatuto das Cidades, várias leis, Conselhos, Fundos e Planos, mas estes instrumentos, que foram resultado de muitas lutas sociais, contém ambiguidades importantes.

No momento em que nasceram, também a política neoliberal estava entrando com força. **Precisamos fazer com que de fato, e não só de direito, seja garantida a função social da propriedade prevista no Estatuto das Cidades. Também é fundamental barrar os despejos forçados para garantir o direito inalienável à moradia, que a própria Constituição prevê.**

Está mais do que na hora de efetivar uma sobretaxação dos imóveis abandonados e dos vazios urbanos ligados à especulação através da progressividade do IPTU.

Muitos destes são devedores dos impostos municipais que poderiam ser cobrados por meio de dação em pagamento, mecanismo previsto na legislação para combater a sonegação e a especulação.

Existe uma lógica de que o que importa nas cidades é fazer negócio, garantir o lucro e fazer com que os investidores ganhem.

Ao poder das concessionárias dos serviços públicos, das empreiteiras e das

incorporadoras, soma-se nesta nova fase do capitalismo global a financeirização e a globalização das políticas urbanas.

Para o capital financeiro o único bom uso da cidade é aquele que vai gerar o maior lucro no futuro.

O processo de expulsão dos pobres das áreas nobres ou centrais da cidade é a face mais cruel desta necessidade de fazer da cidade um grande negócio.

O sistema atual considera irregular e ilegal aquilo que é a prática concreta de vida das pessoas, a forma como elas se organizam para sobreviver e morar. Nosso desafio é o inverso desta lógica, é pensar o espaço a partir da forma como as pessoas vivem, das suas necessidades, de como apoiar e desenvolver estas formas, invertendo o sentido da construção da cidade.

Montes Claros assiste de forma cristalina a expansão predatória da especulação imobiliária, especialmente em áreas verdes,.

Esses projetos não são moldados para suprir a carência de moradia digna ou para produzir espaços qualificados de lazer e de cultura à população. A lógica que os orienta é simplesmente a garantia do maior lucro com o menor custo possível a seus investidores.

Precisamos de um governo que coloque a habitação como uma prioridade, faça a regularização fundiária das comunidades irregulares e cumpra o Estatuto da Cidade, que prega o planejamento urbano participativo e a função social da propriedade.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Criação de um escritório de regularização fundiária** com técnicos da prefeitura e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) para promover a melhoria e a regularização das comunidades irregulares no município. A política de regularização será voltada ao interesse social, buscará a garantia do direito constitucional à moradia e será aplicável a áreas, assentamentos, edificações ou lotes irregulares ocupados pelas populações de baixa renda.

- **IPTU progressivo** nos vazios urbanos e áreas abandonadas como forma de promover a justiça fiscal, combater a especulação imobiliária e aumentar a

arrecadação do município. Os novos recursos devem ser utilizados para o atendimento da demanda habitacional e os imóveis abandonados devem ser convertidos em moradias.

- **Revisão do Inventário Público** para mapear todas as áreas públicas ociosas ou “alugadas” a preços módicos para interesses privados. A medida permitirá a criação de um Banco de Terras do Município como instrumento de uma política de acesso à moradia digna.
- **Gravar no plano diretor as AEIS - Áreas de Especial Interesse Social** como forma de garantir a destinação dos terrenos para habitação popular.
- **Montes Claros deve aderir à Carta Mundial do Direito à Cidade**, que resultou das lutas dos movimentos de defesa da reforma urbana, como forma de firmar o compromisso de atuação permanente em prol do direito à moradia digna.
- **Auditoria das contrapartidas** dos grandes empreendimentos imobiliários para verificar se as construtoras e incorporadoras estão cumprindo as obrigações relativas à mitigação dos impactos das obras na cidade. É necessário estabelecer critérios sociais, ambientais para as contrapartidas, com prioridade para a construção de habitações populares.
- **Prédios públicos sem utilização** há mais de dois anos devem ser destinados à construção de moradias populares. A medida requer a aprovação de lei específica e sua aplicação na cidade e pode ser o ponto de partida para iniciativas semelhantes pelos governos estaduais e federal.
- **Incentivar a criação de empresas inovadoras (“startups”) e cooperativas comunitária** de serviços voltadas à reforma e à construção de moradias populares.
- **Mutirões de melhoria das moradias e entorno.** Impulsionar mutirões com a participação dos moradores, da prefeitura, movimentos e entidades para promover melhorias emergenciais nas moradias precárias e seu entorno.
- **Não à criminalização da luta por moradia.** A prefeitura deve ser parceira daqueles que lutam pelo direito a morar, ajudando nas negociações, combatendo os grileiros, aproveitadores e intermediários que se utilizam das

carências do povo para ganhar dinheiro.

- **Utilização mais ampla do aluguel social** para famílias em situação de necessidade.

10. Direito ao transporte público de qualidade

A cada dia a crise da mobilidade urbana se aprofunda em Montes Claros. Convive com tarifas abusivas e déficit na frota de ônibus, com passageiros tendo que se espremer e ficar em pé durante o trajeto. Historicamente, duas empresas permanecem como concessionárias do serviço há décadas. Seus donos enriquecem, mas o serviço não dá o mesmo salto de qualidade. Por isso, precisamos de um governo conectado com a luta das jornadas de junho de 2013, em defesa de uma mobilidade urbana que coloque as pessoas em primeiro lugar, priorize o investimento no transporte público e trabalhe para melhorar a qualidade e baratear o preço dos serviços.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção programática:

- **Ônibus no horário e com conforto para os passageiros.** Fiscalização rigorosa dos horários e lotação máxima nos ônibus. Exigência de número suficiente de ônibus para cumprimento dos horários sem pressão e sobrecarga aos motoristas.
- **Buscar o congelamento das tarifas de ônibus e auditoria dos aumentos,** auxiliando o Ministério Público.
- **Buscar mecanismos legais para reavaliar a licitação do transporte coletivo,** para rever a lógica de Lucro sem salto de qualidade no serviço.
- **Exigir uma auditoria independente nas empresas privadas de transporte público** para corrigir possíveis falhas, desvios e ineficiências operacionais e reduzir a necessidade de aumento das tarifas.
- **Buscar a ampliação do o alcance e as frequências das linhas** que atendem os bairros da cidade para evitar que os usuários precisem caminhar quilômetros até encontrar um ponto de ônibus.
- **Qualificar constantemente os pontos de embarque e desembarque de passageiros,** com oferta de melhores serviços aos usuários, inclusive bicicletários

seguros, e maior integração tanto entre as linhas urbanas quanto as intermunicipais.

- **Criar um Fundo Municipal do Passe Livre** para financiar a isenção de tarifas de ônibus para a população mais necessitada. Os recursos virão de parte dos valores das multas de trânsito, do caixa da prefeitura, da cota do município sobre o IPVA e da locação de espaço publicitário nas paradas e corredores de ônibus.
- **Estabelecer a educação para o trânsito** como uma das prioridades da MCTRANS.
- **Continuidade de investimentos em melhorias e manutenção nas ruas e avenidas** para além das tradicionais “operações tapa-buracos” para aumentar a segurança e o conforto de motoristas, passageiros e pedestres.
- **Apoio ao transporte compartilhado**, criando aplicativos que possibilitem as pessoas se conectarem de forma segura para compartilhar carros.
- **Oferecimento de linhas alternativas de ônibus durante o final de semana e à noite**, facilitando o deslocamento para os locais de lazer da cidade, dando continuidade e melhorando as já existentes.

11. Segurança - Por uma Montes Claros sem medo

Do ponto de vista constitucional não há veto à atuação dos Municípios na área de segurança. Pelo contrário, o artigo 144 da Constituição Federal (C.F.) assinala que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. É, portanto, também responsabilidade da prefeitura. Para tanto, a prefeitura precisa desenvolver um sistema de segurança e trabalhar conjuntamente com as Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, sociedade civil e, também com a cidadania consciente.

Entendemos que a prefeitura pode e deve agir para a redução dos índices de violência urbana e criminalidade.

- **Intervenções territorializadas e articuladas com a comunidade local**

O foco territorial é decisivo para a eficácia das políticas preventivas. Ao circunscrever a área sobre a qual incidirá a política, criamos responsabilidade na comunidade pelas iniciativas conjuntas e esperança no sucesso do projeto. No mais, a área urbana se valoriza e seus moradores experimentam uma condição de protagonismo que lhes tem sido sequestrada pela demagogia e pela incompetência governamental.

Nessa perspectiva, a GUARDA MUNICIPAL deverá estabelecer vínculos com a comunidade, numa relação de confiança e respeito e prestando contas da sua atuação, o que também previne atuações violentas e desrespeitosas, visto que a sua presença naquela área é permanente e não uma contingência derivada de um chamado diante de um crime ou ameaça.

Sabe-se que violência urbana e criminalidade são fenômenos complexos diante dos quais é preciso um extraordinário esforço para que seja possível delinear políticas eficientes.

- **Investir no Núcleo de Ações Preventivas (NAP) da Guarda Municipal**

Impulsionar a cooperação com a Rede Municipal de Ensino tendo como objetivo a

criação de Comissões Internas na ampla maioria das Escolas Municipais para implantar um programa de mediação de conflitos, não da escola e dos estudantes, mas da comunidade. Para a criação e a sistematização do programa será necessário firmar um protocolo de cooperação entre a Guarda Municipal e a Secretaria Municipal de Educação, bem como destinar investimentos, para a área de recursos humanos e de formação profissional em práticas restaurativas e mediação de conflitos.

- **Parque Seguro**

O projeto visa à retomada dos espaços públicos por parte da população. Para tanto propomos revitalizar tais ambientes, através da recuperação dos equipamentos depredados e abandonados e da iluminação, bem como do investimento em novos espaços e equipamentos que atendam não somente demandas de diversidade cultural, que permitam a convivência pacífica, a aproximação e o diálogo entre tribos e grupos distintos.

- **Investir nas crianças e jovens para prevenir a violência**

Segmentos significativos da juventude estão sendo dizimados no circuito criminoso das periferias. A ausência de políticas públicas voltadas para as juventudes e a carência de espaços qualificados para o lazer, esporte e manifestações artísticas e culturais, somam-se ao desemprego e à falta de perspectivas, oportunizando a criação de condições ideais para o recrutamento de jovens pobres pelo tráfico.

A evasão escolar é um problema gravíssimo que iremos enfrentar a partir da meta “evasão zero”.

O grupo que se encontra fora da escola, sem trabalho e perspectivas, precisa ser alcançado o que pode ser feito pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família e pelos agentes comunitários. Também através do oferecimento de programas profissionalizantes, além de atividades de lazer, esportivas e culturais pode-se chegar nestes jovens e disputá-los com o crime. Praticamente todos os projetos da prefeitura que ofereçam perspectivas para a juventude poderão gerar resultados significativos na área de segurança pública, com impacto imediato e em médio prazo. É preciso disputar cada criança e cada jovem. É preciso também ter uma política especial voltada para os

jovens que cumprem ou cumpriram medidas socioeducativas evitando a reincidência e lhes oferecendo alternativas reais para um recomeço. Sem isso, continuaremos alimentando as dinâmicas do crime pelo próprio estigma social, verdadeira pena perpétua que empurra para as estratégias ilegais aqueles que estão verdadeiramente dispostos a se integrar e que sonham com um emprego formal.

12. Cultura - fomento à cultura popular, alternativa, apoio ao carnaval.

A cultura é responsável pela identidade de um povo. Nossa história e nossa imaginação constroem o estado de espírito de uma comunidade ou nação, estabelecendo vínculos que nos unem. A cultura reflete tudo o que acreditamos ser, e é responsável por tudo aquilo que nos autorizamos a sonhar. É um campo de experiências e um horizonte de possibilidades humanas históricas. Sem ela, a vida fica despojada de sentido, sem identidade.

O município de Montes Claros é de vasta produção cultural, tanto na área urbana quanto rural. Os elementos simbólicos são trabalhados de forma sobressalente através da música, das artes plásticas, literárias e cênicas. Em algumas manifestações há uma junção de todas essas variedades, como ocorre na Folia de Reis e nos Congados (Catopês, Marujada, Caboclinhos). Com as inovações tecnológicas é cada vez presente no município as artes visuais.

É preciso se atentar ao cruzamento das tradições entre o rural e o urbano. Esse cruzamento das tradições culturais precisa entrar no circuito das políticas públicas, seja para fortalecimento das identidades a elas associadas, seja para alavancá-las como formas de trabalho e renda.

Nossa proposta é aumentar o protagonismo do município em todas as manifestações culturais, seja em termos de financiamento, seja em termos de apoio na gestão, logística e articulação institucional para o fomento, desenvolvimento e concretização. Nesse sentido, defendemos ações mais arrojadas para fortalecimento das manifestações culturais populares.

Considerando os impactos da Covid-19, em que grandes eventos e aglomerações deverão ceder lugar a novos desenhos e formatos de eventos, o município deverá encampar novos modelos de gestão e produção cultural. Manifestações artísticas como as musicais vivem e sobrevivem fundamentalmente a partir de aglomerações. Considerando que após a grande onda da Covid-19, virão as ondas menores, especialistas sustentam a impossibilidade de aglomerações por pelo menos 02 (dois) anos. A próxima gestão municipal precisa se atentar a isso, pois do contrário toda a

cadeia já sedimentada no município será drasticamente inviabilizada.

É urgente a construção do Teatro Municipal em Montes Claros, demanda antiga de toda a população. O Teatro possibilitará maiores condições para os profissionais das artes cênicas, plásticas e visuais da cidade, com vias a aumentar o fluxo de exposições, peças e grupos teatrais, trazendo benefícios sociais e econômicos à cidade e região, ampliando as oportunidades dos jovens e demais cidadãos.

Com relação ao **SISMIC – Sistema Municipal de Incentivo à Cultura de Montes Claros**, que encontra-se paralisado, devemos retomar essa iniciativa de fomento à Cultura. Não sem antes garantir a devida quitação dos valores previstos aos artistas que participaram dos últimos editais, sendo essa uma reivindicação atual e urgente de vários artistas.

Cabe à pasta de cultura, também, articular parceria com o conselho de turismo, inclusive para melhor utilização do **FUMDETUR (Fundo Municipal de Turismo)**, para que seus recursos possam fomentar ações que possuem interseção entre cultura e turismo, como por exemplo, o carnaval. Sabemos que a utilização do fundo vem sendo decidida de maneira vertical e centralizada na figura do secretário de cultura. O que não pode se manter.

A cultura em Montes Claros deve ser prestigiada pelo poder público, com transparência, e principalmente, ouvindo as comunidades, artistas e conselhos de cultura e turismo. Não podemos manter o atual cenário que é de total centralização das decisões unicamente no representante da secretaria de cultura. Temos que inverter essa ordem. A pasta da cultura deve prestigiar os atores da cultura em debates e encaminhamentos sobre ações culturais da cidade, sempre ouvindo e trabalhando de forma coletiva.

Apresentamos algumas propostas para a discussão nesta construção pro-gramática:

- **Reativação do SISMIC – Sistema Municipal de Incentivo à Cultura de Montes Claros** pagando os beneficiários dos editais ainda não foram pagos, e planejando ações contínuas de fomento, como criação de editais.
- **Articulações com vistas a utilização do FUMDETUR (Fundo Municipal de Turismo)** em interseção com atividades culturais da nossa região, como as Festas de Agosto, Carnaval, Festa do Pequi e outras.

- **Estímulo para um Conselho Municipal de Cultura** deliberativo, ativo, independente, crítico e atuante.
- **Apoio estrutural maior aos Ternos de Catopê**, dando-lhes condições materiais dignas, reconhecendo-lhes da forma como fazem jus, sabendo que tudo isso retorna pra comunidade e para a cidade, em forma de identidade cultural, expressões, além de turismo, geração de renda dos trabalhadores da cultura.
- **Planejar as festas de Agosto de forma menos excludente** seja do ponto de vista do público, mas também dos trabalhadores, notadamente os barraqueiros, que precisam pagar valores altíssimos para estarem em barracas no circuito. Temos que inverter essa lógica de lucro pra poucos. A maioria que vive da sua força de trabalho que tem que ter condições de gerar sua renda.
- **Linhas de fomento do SISMIC** destinadas à gravação de EP's, álbuns e demos de artistas locais, inclusive com possibilidades mais simplificadas de fomento das ultimas etapas da produção de materiais vindo dos estúdios caseiros dos artistas, como a mixagem e masterização.
- **Apoio estrutural** às atividades culturais que acontecem nas feiras dos bairros, de toda ordem.
- **Estimular cooperativas e associações de artistas, produtores e fazedores da cultura** que não estão no circuito da industria cultural e eventos de grande porte.
- **Assumir a responsabilidade de fortalecer os blocos de carnaval e não o contrário** através de mais estrutura, segurança e apoio logístico, de consultoria, primando pela autonomia e independência dos blocos, sem atribuir-lhes responsabilidades desestimulantes, como vem ocorrendo.
- **Retornar com o Encontro dos Blocos realizado pela prefeitura** e não pelo setor privado, para que seja visado o investimento em cultura, turismo, gerando não lucros pra poucos, mas oportunidades para muitos, artistas, **barraqueiros**, ambulantes, etc.

13. Ambiente preservado em defesa da vida

Entre as diretrizes para uma política municipal de preservação ambiental, destacamos:

- **As áreas naturais e rurais** devem constituir em um grande cinturão verde destinado à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, livres de agrotóxicos, assim como à preservação da qualidade ambiental e à manutenção da beleza paisagística para a população de Montes Claros.
- **O Parque Sapucaia** deve ser revitalizado, com implantação de estrutura adequada de lazer e integração sustentável.
- **Ampliar o sistema de monitoramento** da qualidade do ar na cidade e estimular o uso de combustíveis com níveis reduzidos de emissões, em especial na frota própria da prefeitura e nos ônibus.
- **Ampliar a autonomia e a representação popular** no Conselho Municipal de Meio Ambiente, bem como reforçar a participação do colegiado nas discussões a respeito de planejamento urbano e ambiental, a exemplo do Plano Diretor.
- **Estabelecer critérios socioambientais** nas licitações para aquisição de produtos e serviços de terceiros.
- **Reforço e valorização do quadro de servidores** concursados.
- **Desenvolver campanhas permanentes** de educação ambiental nas escolas municipais e nos bairros da cidade, em parceria com organizações comunitárias e associações de moradores.
- **Determinar que os novos empreendimentos** imobiliários incluam sistemas de captação e utilização de água da chuva nos serviços de limpeza e estimular a implantação do modelo nas construções mais antigas.

- **Utilização de mudas de frutíferas** nativas na arborização de vias e praças públicas.
- **Mutirões de plantio de árvores nativas** para recuperação das matas ciliares das nascentes, cursos d'água dos rios da cidade e região.
- **Montes Claros deve estimular um esforço coletivo** dos municípios da região para desenvolver uma estratégia comum de combate à poluição e de manejo sustentável das águas dos rios, córregos, barragens.
- **Fiscalizar** as atividades das indústrias para combater a poluição dos córregos e rios.
- **Coleta seletiva solidária.** Criar gradualmente a Coleta Seletiva Solidária, em parceria com os catadores. Desta forma, será possível aumentar os dias das coletas nos bairros, gerando mais renda para os catadores e demais trabalhadores do setor e melhorando o serviço prestado à população.
- **Coleta do óleo de cozinha** É preciso implementar a coleta seletiva e reciclagem também do óleo de cozinha rumo a criação de um Sistema Integrado de Gerenciamento de Resíduo Óleo saturado, que é extremamente poluente se descartado inadequadamente. Articular com as iniciativas de coleta de óleo já realizadas pela iniciativa privada, visando potencializá-las.
- **Educação ambiental permanente e transversal** É preciso manter as campanhas educativas sobre a separação adequada dos resíduos, constantemente e de forma transversal, envolvendo as escolas e associações de moradores.
- **Política de valorização dos catadores** Estabelecer um amplo diálogo e trabalho conjunto no sentido de valorizar os catadores e ampliar a reciclagem em nossa cidade.

14. Combate à LGBTfobia, acolhimento e respeito à diversidade

A violência contra a população LGBTQI+ se expressa cotidianamente nas ruas, por meio dos insultos, piadas, agressão física e discriminação nos locais de estudo, de trabalho e de lazer.

O Brasil é responsável por 50% das mortes da população transexual no mundo – um verdadeiro escândalo. Nessa população, a expectativa de vida não passa dos 30 anos, comparados aos 75 anos da população geral. Como se não bastasse, nosso país é o que mais mata LGBTs no mundo – um a cada 27 horas, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia.

O corpo é um território. Saliar isso é dá dimensão ao problema estrutural da violência que hoje pessoas LGBTI+ sofrem na sociedade atual. É também destacar que ao longo do processo histórico estes corpos foram fetichizados, sexualizados, normatizados, e de forma sistemática, desumanizados, a fim de privilegiar uma falsa naturalidade: branca, heterossexual, monossexual e cisgênera . Tal desumanização se amplia e se acentua à medida que nos colocamos diante de corpos que acumulam em si variados atravessamentos- de raça, de classe, de gênero, de sexualidade, etc. Assim, enfrentar o problema é entender que sua resolução parte de uma etapa ainda em aprofundamento: a da análise engajada do assunto pelo poder público.

Em Montes Claros, e no Brasil, os números sobre a violência lgbtifóbica são subnotificadas (quando chegam a ser conhecidas). Desse modo, os dados que temos provém de pesquisas acadêmicas, ONGS, movimentos e coletivos, que são ainda pouco analisados pelas governanças na criação de políticas públicas efetivas.

Cabe ao poder municipal articular-se as Instituições de Ensino Superior Público, garantindo a escuta e protagonismo das pessoas LGBTI+, no fomento de pesquisas que dimensione o problema na cidade e garanta a clareza necessária para seu enfrentamento. Portanto, a criação de um Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa LGBTI+, ainda inexistente na cidade, servirá bem a este objetivo e catalisará as discussões, articulando movimentos, coletivos e pessoas interessadas na temática. A partir dos levantamentos, ações poderão ser executadas com o objetivo de auxiliar a população LGBTI da cidade,

especialmente as pessoas trans que ainda possuem indicadores levantados em nível nacional de altíssimas taxas de desemprego e expectativa de vida de até 35 anos em média, decorrente da transfobia estrutural.

É na cidade que os LGBTs são perseguidos e discriminados, portanto cabe aos seus governantes a elaboração de medidas concretas de combate à LGBTfobia para torná-las acolhedoras e seguras a esta população.

Para este programa, que deve ser construído de forma coletiva, envolvendo toda a comunidade LGBT, apresentamos algumas propostas para a discussão:

- **Combate efetivo à LGBTfobia.** Controle das denúncias e acompanhamento minucioso dos casos de LGBT- fobia por uma via própria. Hoje em dia essas denúncias, em relação a estabelecimentos comerciais, são feitas junto à SMIC e caem em uma vala comum, pois não há a exigência de uma especificação da motivação das mesmas.
- **Centro de cidadania LGBT.** Criar um Centro Municipal de Cidadania LGBT. Um espaço que possa concentrar os serviços a esta população, acolher as denúncias e encaminhar suas demandas nas mais diversas áreas.
- **Diálogo permanente.** O governo da cidade precisa ser parceiro do movimento LGBT e deve estar disposto a ouvi-lo, acolher suas pautas e encaminhar suas reivindicações. Para isso, Montes Claros deve ter um Conselho Municipal de Direitos da População LGBT, que atuará como órgão deliberativo para assessorar a prefeitura, fiscalizar suas ações, promover o controle social e pautar as políticas do município para a comunidade LGBT.
- **Acolhimento à população LGBT nas escolas municipais e combate ao bullying.** Na educação é preciso criar uma rede de garantia de acesso e permanência de LGBTs, com equipes volantes que possam visitar as escolas, servindo de mediadores entre estudantes, corpo docente, gestores e comunidade, promovendo atividades regulares e cursos de formação. Através de um amplo programa de formação de professores e de combate ao bullying e às diversas formas de assédio. Guarda municipal qualificada na defesa da população LGBT.
- **Guarda Municipal.** A Guarda Municipal também deve estar preparada

para lidar com a diversidade e garantir a segurança de LGBTs em situação de assédio, insulto, ofensa ou agressão.

- **Saúde para tod@s.** No âmbito da Saúde é preciso garantir que nenhum LGBT deixe de receber atendimento médico adequado em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero. É fundamental identificar os serviços e os profissionais onde a homofobia produz maiores danos à saúde dos LGBTs e agir administrativa e legalmente.
- **Albergues sem preconceito.** Para LGBTs em situação de rua, garantia de vagas nos albergues com acompanhamento para que não haja constrangimento, principalmente nos caso de travestis, que devem ser alojadas em quartos femininos e tratadas pelo nome social.
- **Observatório municipal contra LGBTfobia.** Criação de um observatório com a presença de coletivos LGBT e representantes da comunidade de forma a criarmos um Programa de atenção integral a vítimas de crimes de ódio devido a sua orientação sexual e identidade de gênero.
- **Certificados de espaços livres de preconceito.** A prefeitura, em parceria com o movimento LGBT e com iniciativas criativas poderá conceder certificados a espaços livres de preconceito.
- **Parcerias com agentes sociais para cursos de acolhimento/atendimento.** Buscar parcerias com os agentes sociais como ONGs, grupos de estudos, faculdades, etc. para ministrar cursos online ou presenciais sobre acolhimento, combate à LGBTfobia, Direitos Humanos, saúde da população LGBT e outros temas, para capacitar e orientar os servidores.

15. Por uma cidade das mulheres

É preciso construir uma prefeitura disposta a enfrentar o ciclo de violência, desigualdade e machismo. As políticas públicas no município são estratégicas, pois é justamente nas cidades que as violências, assédio, violência sexual se manifestam.

A violência doméstica é uma realidade cruel em todo o país e também em Montes Claros, sendo uma das grandes violações de direitos das mulheres. Segundo o Mapa da Violência de 2015, em 2013 foram registrados 4762 homicídios de mulheres no país, sendo que a 50,3% destes homicídios foram cometidos por familiares. Ou seja, a maior causa das mortes violentas das mulheres do país ainda são decorrência da violência doméstica e familiar.

Para romper esse ciclo, as medidas de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher são fundamentais. É preciso descentralizar os equipamentos de assistência à mulher, ampliar a oferta de abrigo para as mulheres em situação de risco e construir Centros de Referência a Vítimas da Violência nas periferias da cidade. Além destas medidas, é preciso avançar na compreensão de que a rede de assistência não pode ser apenas pós-violência, ao contrário, são necessárias ações de prevenção, autonomia e empoderamento das mulheres.

Outro grande problema enfrentado pelas mulheres mães é a insuficiência de vagas nas escolas de educação infantil. O fato é que uma cidade verdadeiramente preocupada com as mulheres, precisa investir na ampliação da educação infantil, permitindo educação às crianças e tranquilidade para que as mães possam trabalhar.

Por fim, são inúmeros os casos de assédio às mulheres nas cidades, seja no transporte público, nos locais de trabalho e nas escolas. É preciso que se avance em iniciativas de proteção às mulheres.

Para efetivarmos uma Cidade para as Mulheres, apresentamos algumas propostas:

- **Criação de um Plano Emergencial de fortalecimento da rede municipal de educação**, com ampliação de vagas na educação infantil para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Nenhuma mãe pode deixar de trabalhar ou de ir à escola por não ter onde deixar seu filho (a). Para isso é preciso também criar vagas noturnas.
- **Fortalecimento e Descentralização do Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência**, ampliando o atendimento às mulheres nas comunidades da cidade com a modernização, o aparelhamento e a descentralização dos serviços.
- **Promoção de medidas de prevenção da violência contra a mulher** por meio de campanhas nos bairros, nas escolas e nos serviços públicos em geral.
- **Formação de servidores públicos**, em especial na área da saúde e segurança, para o atendimento adequado das mulheres vítimas da violência.
- **Realização de campanhas de promoção da maternidade e da paternidade conscientes**, descentralizando a rede de assistência para as periferias da cidade e criando ações afirmativas que garantam a prioridade para a vida das mulheres.
- **Garantir a adoção de medidas de equidade de gênero** no âmbito dos serviços públicos municipais, assim como incluir nas cláusulas contratuais de processos licitatórios a necessidade das empresas que serão contratadas pelo município adotarem políticas e ações sociais e econômicas de equidade de gênero.
- **Campanhas educativas contra o machismo**: investir na educação para a igualdade de gênero, promovendo atividades constantes nos bairros de combate à violência e nas escolas da rede.
- **Publicação de relatório georreferenciado anual sobre as notificações de violência contra a mulher nos espaços de saúde**, preservando endereço e identidade das vítimas.
- **Aprovar e implementar a Lei da Parada Segura**, viabilizando o desembarque fora das paradas obrigatórias após às 22 horas, como forma de ajudar na segurança da população e das mulheres.

- **Ampliar os espaços de discussão sobre o modelo de parto e nascimento no Sistema Único de Saúde**, com usuárias, trabalhadores e gestores da saúde para garantir os direitos da gestante e do bebê no pré-parto, parto e pós-parto com vistas a garantir uma política que garanta o parto verdadeiramente humanizado no município de Montes Claros.
- **Aborto seguro e garantido**, para os casos previstos em lei, em todos os hospitais da rede pública.

16. Políticas de reparação e promoção da igualdade racial

Mais de cem anos após a conquista abolicionista no Brasil, restam ainda efeitos perversos da escravidão em nossa sociedade. Os negros são os que mais morrem e os que mais são encarcerados no nosso país, esse extermínio da população negra tem que acabar.

Um governo popular e democrático deve respeitar as tradições de seu povo e promover políticas de reparação histórica, tendo em vista o combate à discriminação racial e a desigualdade social e econômica que ainda persiste. Isto passa pela construção, em conjunto com o movimento negro organizado, de políticas de respeito à cultura e à história afrobrasileira, cotas raciais e sociais, com o objetivo de tornar a nossa cidade uma referência nacional em promoção da igualdade racial.

Algumas de nossas propostas para o debate são:

- Realizar campanhas institucionais de educação cultural contra o racismo e a discriminação.
- Promover o reconhecimento e apoiar a demarcação dos territórios sagrados, os quilombos e as áreas da cidade que contam a história do povo negro.
- Resgatar a memória e a história da escravidão em geral e em Montes Claros, por meio de registros de História Oral, rodas de contação de história em comunidades, fomento e difusão da pesquisa histórica e de antropologia social, publicações e por meio da ampliação e aceleração dos conteúdos de história da escravidão e da cultura afrobrasileira nas escolas municipais.
- Apoiar a luta dos movimentos sociais para combater a segregação das populações negras nas áreas periféricas da cidade construindo políticas públicas que façam a pressão inversa.

- Combater a intolerância em relação às religiões afrobrasileiras.
- Incentivar o protagonismo da mulher negra: possibilitar espaços de atuação e interesse para a mulher negra trazer sua história, sua tradição e ritos de passagem para o centro das discussões sobre a cidade democrática que queremos.

17. Inclusão imediata de todas as Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência sofrem de modo mais severo as desigualdades geradas pelo sistema. Por isso, trazer essas pessoas para política é fundamental para conseguir lidar com suas demandas. As pessoas com deficiência devem ser os atores da sua própria pauta. Portanto, a inclusão das PD nos espaços de tomada de decisão deve ser uma prioridade para o município.

A igualdade de direitos civis foi alcançada em forma de lei pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas o município deve criar instrumentos para garantir o cumprimento dos direitos de todos.

Para tanto, é indispensável um Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência ativo, que consiga atrair cada vez mais membros e que lute pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

A Escola Bilingue é uma pauta histórica da comunidade surda que merece atenção e esforço do município para sua implementação. Garantir que as pessoas com deficiência se comuniquem é levar humanidade e dignidade para essa população.

Para iniciar o debate, que deve estar em constante construção, elencamos algumas propostas, das quais se destacam:

- **Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.** Estabelecer e estimular a participação das pessoas com deficiência nas decisões políticas do município, ouvindo a comunidade através de um conselho estruturado e ativo, que seja capaz de garantir as demandas das pessoas com deficiência.
- **Implementação da Escola Bilingue.** O município deve atuar com as demais esferas da administração para implementar a escola bilingue em Montes Claros.